

# ALMIRANTE

## ARAGÃO:

DO GOLPE DE 1964 AO

EXÍLIO NO URUGUAI

Anderson da Silva Almeida<sup>1</sup>

### Introdução

Na manhã do dia primeiro de abril de 1964, no Palácio da Guanabara, sede do governo estadual, o governador Carlos Lacerda desafiou um militar de alta patente das Forças Armadas, fiel ao presidente João Goulart. O golpe já estava em curso e, por uma cadeia de rádio, Lacerda proclamou:

O Palácio da Guanabara está sendo atacado, neste momento, por um bando de desesperados. Fuzileiros, deixem suas armas, porque vocês estão sendo tocados por um oficial inescrupuloso. Almirante Aragão! Almirante Aragão! Assassino, monstruoso! Incestuoso miserável. Deixe seus soldados e venha decidir comigo essa parada. Almirante Aragão, não se aproxime porque eu te mato com o meu revólver!<sup>2</sup>

As palavras de Lacerda não eram sem sentido. Aragão – fuzileiro naval paraibano que iniciou sua carreira militar como um simples soldado – era considerado um dos mais fiéis aliados a Jango, e grande parte da esquerda acreditava que, caso houvesse o golpe, Aragão resistiria. Entretanto, uma ação mais forte não ocorreu e o almirante passou para o ostracismo na história das esquerdas brasileiras. Na própria Marinha, seu nome virou uma espécie de tabu. Sobre o desafio de Lacerda, Aragão relembrou tempos depois:

Eu tinha um compromisso moral comigo mesmo, era uma coisa minha, de vingar a morte do Getúlio. Eu achava que devia depor o Lacerda. Compromisso que eu não cumpri porque o Ministro da Marinha não [quis]. Mas eu tinha condições de derrubá-lo, de prender Lacerda. Eu tinha condições de fazer muita coisa que não fiz. Muita coisa que não convém relatar. Esta briga com Lacerda era uma briga antiga que foi evoluindo até o golpe. Você entende? Pelas nossas posições. Não era propriamente uma briga. Era caracterização de posições. O Lacerda como a alma danada do golpe e eu como o tipo eminentemente ajustado a um comportamento legalista.<sup>3</sup>

## Focos de Resistência

Com a derrota de todos que faziam o governo Jango, pouco se fala nas tentativas de impedimento do golpe, mas elas existiram. Em Pernambuco, por exemplo, na cidade de Vitória de Santo Antão “militantes das Ligas Camponesas ocuparam a prefeitura, a delegacia, os correios e as estações de rádio, telefone, ferroviária”<sup>4</sup> na esperança de que chegassem armas janguistas. Na Bahia, militantes da Ação Popular (AP), “foram para o interior com o objetivo de interditar a rodovia que liga o Rio de Janeiro ao Nordeste”.<sup>5</sup>

Ainda pouco conhecidas ou exploradas pela historiografia, as tentativas de resistência mais contundentes na Guanabara vieram justamente de Aragão e dos marujos e fuzileiros da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). O então Secretário de Segurança do Estado da Guanabara, coronel Gustavo Borges, relatou detalhadamente as ações nas quais os policiais militares se envolveram para garantir o êxito do Golpe. Sobre a pas-

sagem do dia 31 para o dia primeiro de abril, os fuzileiros navais aparecem como principais oponentes:

Decidimos, então, desencadear o fechamento dos sindicatos comunistas, para, com a prisão dos cabeças, evitarmos ou enfraquecermos as greves por eles planejadas para quaisquer emergências. O DOPS, apoiado por dois choques da Polícia de Vigilância, é bem sucedido em todas operações, salvo na última: a CNTI, onde se encontravam reunidos os elementos de proa do CGT. (...) A Polícia militar é acionada, porém quando chega lá um oficial precursor, já havia um forte contingente de *fuzileiros navais*.<sup>6</sup>

Seguindo o relato do coronel, mais ações de fuzileiros pró-Jango:

Não estávamos seguros, porém, de que, até a chegada das tropas mineiras e paulistas, Jango não tentaria ações desvairadas contra o Governador Lacerda (...). Àquela hora não conhecíamos o resultado da missão do Gen. Moniz Aragão e, de qualquer forma, Jango contava com os fuzileiros do outro Aragão, o Almirante. (...) Finalmente, chega uma notícia realmente inquietante: o Batalhão Riachuelo, a tropa escol do Corpo de Fuzileiros, deslocou-se rapidamente para o Ministério da Marinha, proveniente de seus Quartéis da Ilha do Governador.<sup>7</sup>

Outras fontes dão conta de que fuzileiros foram destacados para recolher edições de jornais favoráveis ao golpe, inclusive com o próprio almirante no comando. No dia 1º de abril, fuzileiros invadiram os jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, que apoiavam o golpe, paralisando as máquinas e retirando os funcionários das redações. Aragão teria ido pessoalmente nessas redações, alegando estar cumprindo ordens do governo<sup>8</sup>. Fuzileiros navais também foram responsáveis por tirar do ar a Rádio Jornal do Brasil após esta divulgar um manifesto pró-golpe emitido pelo governador de Minas Gerais Magalhães Pinto<sup>9</sup>. Fiéis a Jango, os navais de Aragão ainda foram acionados para montar guarda nas emissoras governistas Rádio Nacional e Rádio Mayrink Veiga<sup>10</sup>, como também na sede dos Correios e Telégrafos, local que pretendiam transformar em ponto de reuniões de um possível comando de resistência, onde já estavam políticos, sindicalistas e militares<sup>11</sup>. A Aeronáutica também solicitou reforço dos fuzileiros, pois o edifício do Comando da Terceira Zona Aérea havia sido metralhado<sup>12</sup>.

A confiança nos fuzileiros e em Aragão era tanta, principalmente entre os políticos ligados a Jango, que Neiva Moreira relembrou o fato de Brizola ter sugerido a Aragão que convidasse o presidente Jango “a instalar-se nos Fuzileiros para, de lá, dirigir mensagem à Nação, decretando a mobilização geral, civil e militar contra o golpe”<sup>13</sup>. Ainda sobre as mobilizações de setores

da Marinha tentando organizar grupos para a resistência, é necessário destacarmos os marujos e fuzileiros da AMFNB. Só muito recentemente a historiografia vem atentando para essa questão. É de Jorge Ferreira a contundente afirmação de que:

A Diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais reuniu-se rapidamente e aguardou as ordens para resistir. Como já haviam acertado entre si as forças de esquerda, na eventualidade de golpe caberia aos fuzileiros navais neutralizar a Marinha. De fato, os líderes da Associação conseguiram, entre 25 e 31 de março, acuar a oficialidade (...). O tempo passava e nenhuma ordem de resistência chegava à Associação. Resolveram agir por conta própria: controlaram o armamento nos quartéis, aproximaram-se dos oficiais legalistas e impediram que qualquer navio levantasse âncora.<sup>14</sup>

Em sua prestigiada biografia sobre Carlos Marighella, Mário Magalhães afirmou que o líder comunista, sedento por ações decisivas de resistência, chegou a procurar Aragão para empreenderem uma ofensiva contra Lacerda:

Marighella peregrinou, determinado a se apossar de alguma ‘banda de cá’. Sabia que Lacerda encarnava como ninguém o front civil dos revoltosos, com sua *mise-em-scène* de metralhadora a tiracolo e incitação tonitruante à ilegalidade – ou subversão, à qual os comunistas se habituaram a estar associados. O xilindró para o governador que rasgara a Constituição, mais que infortúnio dos golpistas, denotaria vitalidade do governo. Como os cruzadores demoravam a abater o palácio, caberia aos fuzileiros invadi-lo. É o que Marighella propôs a Cândido Aragão. (...) Em seu quartel na ilha das Cobras, Aragão disse a Marighella que topava investir contra Carlos Lacerda, mas necessitava da autorização de Jango.<sup>15</sup>

Em 1981, em entrevista aos jornalistas do *Coojornal* – publicação gaúcha de oposição à ditadura –, Aragão relatou que não prendeu Lacerda porque não tinha ordens, embora fosse a favor da invasão do Palácio Guanabara. O “Comando dos Fuzileiros Navais era um instrumento de força militar a serviço do presidente Goulart,” lembrou<sup>16</sup>. Em suas respostas às questões levantadas, enfatizou sua posição legalista e de obediência às lideranças políticas: “Fui o senhor absoluto do Rio durante quase dois dias. Esperei pelas lideranças políticas, mas ninguém apareceu. Por isso não resisiti”<sup>17</sup>.

Com a consolidação do Golpe e derrota das forças leais a Jango, Aragão foi procurado e detido no dia 4 de abril. Estava no apartamento 804, Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 661. Poucos dias depois, com a divulgação

do Ato Complementar 4, publicado em 13 de abril, seu nome apareceu entre aqueles que tiveram os direitos políticos cassados<sup>18</sup>.

O almirante paraibano passou a responder vários inquéritos e foi transferido constantemente de prisão. Sua primeira cela foi na Fortaleza de Lages, depois no navio “Princesa Leopoldina” e, por fim, no Centro de Armamento da Marinha (CAM), em Niterói<sup>19</sup>. Principalmente os armamentos encontrados em suas residências provocaram também as prisões de pelo menos dois de seus filhos, Dilma e Dilson Aragão.

O oficial fuzileiro ficou preso até o início de agosto, quando um dos pedidos de liberdade finalmente foi concedido pelos ministros do Superior Tribunal Militar (STM). Entretanto, dias depois, outro mandado de busca e apreensão o colocaria na condição de procurado pela ditadura. Já era tarde, escondido na mala de um automóvel conduzido por sua filha Dilma<sup>20</sup>, Aragão conseguiu entrar na embaixada do Uruguai. Lá ficaria “prisoneiro” até novembro de 1965, quando, após várias tentativas negadas de pedidos de liberdade, foi concedido o salvo-conduto e ele pôde, enfim, deixar o país. Dias depois sairia sua condenação: nove anos e três meses de reclusão<sup>21</sup>.

## O exílio no Uruguai

O ministério do interior uruguaio, responsável pela coordenação e vigilância dos exilados naquele país, demorou a investigar o caso, mas em junho de 1966, Aragão, de acordo com o informe do Centro de Informações do Exterior (CIEIX) – ligado ao Itamaraty –, apareceu e discursou em um evento de caráter político realizado numa universidade de Montevidéu. O ato foi organizado pelo Comitê Coordenador de Apoio a Cuba e contou com a presença de membros do Partido Comunista do Uruguai (PCU). A polícia de Montevidéu enviou relatório ao ministério, destacando a presença de Aragão, inclusive com recortes do jornal “El popular”, no qual a foto dele foi publicada<sup>22</sup>.

Em 12 de julho de 1966 o CIEIX divulgou texto sobre mais movimentação de Aragão no Uruguai. A nota relatou com detalhes uma reunião ocorrida no dia 04 daquele mês na residência do oficial, que teria sido o único orador. O araponga revelou:

Que o grupo militar estava planejando a montagem de um esquema, visando a penetração no Brasil via Rio Grande do Sul e selva do Estado do Mato Grosso (...). A luta no Brasil só poderia ser realizada através da via armada, pois, todos os caminhos foram fechados, tanto o eleitoral como o da anistia, e isso significa o nosso retardamento, nos distanciando do objetivo e por tal perdemos a perspectiva, fato que está acontecendo a Leonel Brizola – que anda

muito pessimista à medida em que o tempo passa, o distanciando mais ainda da liderança revolucionária (sic).<sup>23</sup>

A sequência dos informes mostra que Brizola convidou Aragão para estabelecer contato, em seu apartamento localizado em Atlântida, naquela capital. O almirante teria dito a Brizola que o grupo militar aceitava a liderança de Brizola, desde que ele se comprometesse a entrar clandestinamente no Brasil e levasse “ao conhecimento do povo brasileiro” que estava realmente comandando a revolução contra a ditadura. Disse ainda que estava em seus planos a organização de pelotões no Uruguai, pois o grupo militar não suportava mais a inatividade. O agente ainda relatou que Aragão, logo após o encontro, comentou que estava disposto a romper politicamente com Brizola e que pretendia escrever uma carta considerando-se desligado da liderança do político gaúcho<sup>24</sup>.

As reuniões entre os exilados brasileiros no Uruguai eram constantes e tratavam de diversos temas. Outro informe do mês de julho relatou uma reunião para eleger a diretoria da Organização de Exilados Brasileiros no Uruguai (OEBU). Cândido da Costa Aragão foi eleito o presidente, e o ex-Ministro do Trabalho de Jango, Amaury Silva, o seu vice<sup>25</sup>.

Em setembro, o primeiro boletim no qual Aragão aparece em articulações com militantes uruguaios<sup>26</sup>. O informante relatou que o almirante brasileiro vinha mantendo contato com “o comunista uruguaio Luis Oribe Alemagny” apontado como o representante da Agência de Notícias da China Comunista ‘Hinsinjua’<sup>27</sup>. No mesmo mês, a informação de que o “grupo militar” de exilados no Uruguai, sob as lideranças de Cândido Aragão, Emanuel Nicoll e Alfredo Ribeiro Daudt<sup>28</sup> havia redigido um manifesto em apoio à campanha comandada pela UNE contra a ditadura no Brasil.

O documento em apreço procura vincular estudantes e operários na subversão contra o governo, conclamando-os a uma Marcha para a Libertação Nacional. O apoio oferecido pelo grupo de asilados é essencialmente de natureza moral, embora no manifesto os signatários declaram que estão acordes com o programa de lutas traçado pela UNE e que se apresentam para as tarefas que lhes forem confiadas nesse processo de libertação nacional.<sup>29</sup>

Em setembro de 1966, a UNE havia desencadeado uma série de protestos contra a ditadura, com destaque para os organizados em Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro. As manifestações eram principalmente contra a chamada lei Suplicy de Lacerda, que, já em 1964, tornou ilegal as entidades de representação estudantil, e também contra o Acordo

MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura – United States Agency for International Development), divulgado como uma parceria entre Brasil e EUA para a modernização da administração no Brasil, assinado em julho daquele ano. Um dos pontos mais polêmicos era a cobrança de anuidade de estudantes do ensino superior. O acordo foi visto pelas organizações estudantis e demais críticos da ditadura como “uma ação imperialista dos norte-americanos e uma ingerência dos Estados Unidos na educação nacional”<sup>30</sup>

Ainda em setembro ocorreu a prisão de 178 estudantes em um congresso clandestino da UNE realizado em São Bernardo do Campo, e o episódio que ficou conhecido como o Massacre da Praia Vermelha, quando cerca de seiscentos estudantes que protestavam na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, foram violentamente reprimidos pela polícia<sup>31</sup>.

Entre outubro e novembro temos, no Uruguai, a criação do chamado Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), que teria como objetivos principais a estruturação de comandos de guerrilhas para penetrar no Brasil. Nas primeiras reuniões do MRMN aparecem os nomes de Cândido Aragão, Alfredo Daudt, Emmanuel Nicoll, Álvaro Moreira Filho, Arnaldo Magno de Araújo, Gualter de Castro Melo, Paulino Alves e outro militante apenas com o nome de Ricardo<sup>32</sup>.

O primeiro ano de Aragão no exílio será marcado pelo confronto aberto entre ele e Leonel Brizola na disputa pelo comando entre os exilados que queriam voltar ao Brasil e lutar contra a ditadura. Os informantes diziam que, era “cada vez mais crescente a hostilidade entre os asilados Leonel Brizola e Cândido da Costa Aragão (...). A situação chegou a tal ponto que Aragão pensou em fazer uma declaração à imprensa denunciando Brizola de Industrial da Revolução Brasileira”<sup>33</sup>. O militar que participava do jogo político agora não confiava no político que queria jogar no campo militar. É o que fica evidente nesse momento do exílio. Aragão, que quatro anos antes disponibilizou seus fuzileiros para montarem uma guarda pessoal de Brizola, começava a afastar-se de seu antigo líder.

O asilado Cândido da Costa Aragão não aceitou o convite formulado por José Guimarães Neiva Moreira, para um almoço a ‘dois’ na residência deste último. Para tanto, Aragão teria escrito uma carta desculpando-se e dizendo, entre outras coisas, que sua posição é antagônica a de Brizola e Neiva Moreira, o que dificultaria qualquer diálogo.

Circula ainda, nos meios de asilados militares, que Leonel Brizola está preocupado com a posição de Cândido Aragão, contrária à sua liderança revolucionária e temeroso que Aragão tome uma atitude repentina ‘à la Jefferson’ e coloque em xeque a sua posição de líder dos asilados na ROU e da própria revolução brasileira.

A serem verdadeiras essas afirmações, poderiam impelir Brizola a uma ação precipitada. Por outro lado, os dados acima podem refletir um excessivo otimismo da parte dos asilados que formam o grupo ‘militar’.<sup>34</sup>

No início de dezembro, o MRMN vira Resistência Armada Nacionalista – RAN, tendo como signo uma rã. Anfíbia, como os fuzileiros navais do almirante paraibano<sup>35</sup>. De acordo com documento do CIEEX, de 20 de dezembro de 1966, o grupo planejava:

- a) Obter recursos financeiros junto ao Partido Comunista Uruguaio (PCU) e à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), através de contatos com Rodney Arismendi e Edmundo Soares Neto;
- b) Lançamento no Brasil de manifesto subversivo assinado por Cândido Aragão, visando especialmente as capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro;
- c) Ainda nas mesmas cidades, pichamento de paredes divulgando a nova sigla do grupo: RAN;
- d) Por intermédio da OLAS, enviar a Cuba os asilados Cândido Aragão, Daudt e Armando Magno de Araújo;
- e) Posteriormente, enviar grupos de dois a Cuba e Coréia do Norte para adestramento na técnica de guerra de guerrilhas.<sup>36</sup>

Observa-se no documento a referência à OLAS, uma organização inspirada no êxito da Revolução Cubana de 1956 que tentava aglutinar as esquerdas da América Latina. Em janeiro de 1966, quase dez anos após a vitória de Fidel Castro sobre as tropas de Fulgêncio Batista, ocorreu a I Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, que ficou conhecida como a *Tricontinental*. No encontro, 82 países enviaram representantes, sendo que praticamente um terço era da América Latina<sup>37</sup>. A *Tricontinental* objetivava coordenar os países do chamado Terceiro Mundo no sentido de unificar as bandeiras de luta contra o imperialismo capitalista (diga-se norte-americano), visto que as divergências não eram poucas. O debate mais notório envolvia os simpatizantes da via pacífica ao socialismo de um lado, e os entusiastas do caminho armado na outra margem.

Como fruto do encontro, surgiu por influência do líder esquerdista e futuro presidente chileno Salvador Allende, a OLAS [Ondas], que tinha como propósitos “unir, coordenar, e estimular a luta contra o imperialismo americano por parte de todos os povos explorados da América Latina”<sup>38</sup>. Uma grande conferência para consolidar a OLAS, aconteceria no ano seguinte. É importante situarmos esse debate no sentido de compreendermos toda a em-



polgação de Aragão e do grupo militar exilado no Uruguai e a determinação destes em partir para a luta armada contra a ditadura no Brasil.

Em dezembro de 1966, um grande relatório do CIEX, classificado como A-1, ou seja, de alta confiança para os órgãos, trouxe um balanço das atividades de brasileiros exilados no Uruguai no último semestre. Quatro grupos de exilados foram separados. Três deles como influenciados por lideranças e um grupo temático: “o grupo de João Goulart; o grupo militar (Cândido Aragão); o grupo de Leonel Brizola; e o grupo sindical”<sup>39</sup>.

Sobre o grupo liderado por Aragão, consta no mesmo relatório o completo rompimento entre Brizola e o almirante, em virtude do líder político gaúcho não ter aceitado a sugestão de Aragão para que assumisse a liderança direta de uma ação revolucionária, entrando em território brasileiro à frente dos asilados. Em relação aos membros mais notórios do grupo guerrilheiro criado pelo fuzileiro, as informações dão conta de que andavam em busca de recursos para viabilizar toda a logística da guerrilha. Os financiadores prioritários do dinheiro que tentariam conseguir seriam China e Cuba<sup>40</sup>.

Certamente, o período que Aragão passou na embaixada no Uruguai foi essencial para que Brizola se estabelecesse como a grande liderança política entre os asilados brasileiros em Montevidéu, e começasse a articular com os cubanos o apoio para um possível movimento armado. A chegada de Aragão vai ofuscar de certa maneira o brilho do político entre os militares exilados. Entretanto, sendo muito mais jovem que Aragão, e contando com recursos oriundos de Fidel, tudo isso aliado à sua destacada trajetória política, o ex-Deputado era, naquele momento, o principal articulador da guerrilha que tentaria agir no Brasil com o apoio de Cuba.

Em determinado momento aparece uma clara dúvida da efetiva liderança de Aragão entre os militares no exílio. Tudo dependeria da chegada dos recursos. Em relatório semestral divulgado pelo CIEX, há ainda outras preocupações em relação aos militares exilados organizados sob o símbolo anfíbio, principalmente quanto às táticas que poderiam ser utilizadas por eles. “A se concretizar o auxílio solicitado a Pequim ou Havana, a RAN tem possibilidade de desencadear ações subversivas em território nacional, valendo lembrar que em seu programa de ação [...] eram contemplados atentados contra estrangeiros [norte-americanos]”<sup>41</sup>.

## A política interna uruguaia e os exilados

Nos primeiros três anos da presença de exilados brasileiros no Uruguai, estava no poder o Partido Nacional, conhecido como *Blanco*. De tradição conservadora, os membros do partido possivelmente viam com

preocupação as ligações de exilados brasileiros com as esquerdas uruguaias, inclusive com o PCU. Comprovando isso, há o caso da ameaça de expulsão do incendiário sindicalista Dante Pellacani, quando as autoridades uruguaias perceberam sua tentativa de intervir nas atividades dos sindicatos daquele país<sup>42</sup>.

Sendo de tradição conservadora, os Blancos, evidentemente, não eram os interlocutores preferidos dos exilados brasileiros. Era com os seus opositores, os *Colorados*, que os desterrados poderiam contar em caso de qualquer ingerência maior das autoridades uruguaias. Estando na oposição, podiam “encontrar munição para ataques ao Governo em medidas restritivas que fossem aplicadas às atividades dos asilados [sic]”<sup>43</sup>.

Ao analisar o processo político uruguaio na segunda metade do século XX, Enrique Serra Padrós concluiu que “uma profunda crise interna, se arrastava desde o fim da Guerra da Coreia (1950-1953), o que levou à perda dos mercados da carne e da lã uruguaia gerando, conseqüentemente, desemprego, pobreza, arrocho salarial, deterioração dos serviços estatais e violência policial”<sup>44</sup>. Segundo Padrós, esses fatores “combinados com o clima de Guerra Fria e o impacto da Revolução Cubana e da imposição de ditaduras no Brasil (1964) e na Argentina (1966) provocaram importantes mobilizações sindicais, estudantis e o surgimento da organização guerrilheira tupamara”<sup>45</sup>.

O ano de 1966 também foi marcado pela aprovação de uma nova Constituição no Uruguai e de eleições presidenciais. O país, que era governado por um colegiado, apostava no presidencialismo para alavancar o desenvolvimento econômico e social<sup>46</sup>. Através de um plebiscito, a população optou pela mudança e, nas eleições de novembro, sagrou-se vencedor o general da reserva Oscar Gestido, do Partido Colorado. Ele substituiria o colegiado, formado por membros do Partido Nacional (Blanco).

A política uruguaia não passou à margem das observações do agente secreto. Com o resultado das eleições em mão e, sabendo que a posse aconteceria em março de 1967, não se absteve em tecer previsões para o futuro dos exilados brasileiros no Uruguai. Em linhas gerais, o agente reportou aos diplomatas do Itamaraty, em dezembro de 1966, que a volta do Partido Colorado ao poder poderia representar para os exilados uma possível melhoria na relação com as autoridades uruguaias “que se deverá traduzir por maior influência nos meios de imprensa, maior acesso aos diversos escalões da administração pública do país e maior liberdade de movimentos”<sup>47</sup>, ressaltando que uma previsão mais exata da relação do novo governo uruguaio com os exilados brasileiros iria depender da composição ministerial a ser montada por Oscar Gestido<sup>48</sup>.

O novo presidente ainda não tomara posse, e entre dezembro de 1966 e janeiro de 1967 Aragão foi convocado duas vezes para prestar explicações. Em ambas as situações, foi o ministro do interior, Augusto Legnani, que, assessorado pelo serviço de inteligência uruguaio, advertiu Aragão. Primeiro, por ter participado – junto com outros asilados – de um “ato público de solidariedade com Cuba”, em 13 de dezembro de 1966<sup>49</sup>. Na segunda convocação, em janeiro, disse mais uma vez para Aragão não participar de atos políticos<sup>50</sup>.

Em alguns momentos, possivelmente por ser visto apenas como militar anti-imperialista e sem vinculação orgânica com nenhum partido ou linha ideológica das esquerdas internacionais, Aragão aparece sendo “disputado” por algumas correntes a bombordo. Uma possível viagem do exilado à China foi motivo de agitação entre os órgãos de vigilância uruguaio e brasileiros, como também do Partido Comunista Uruguaio.

1. A Direção do Partido Comunista Uruguaio não vê com bons olhos a possibilidade de viagem de Aragão ao México e à China.
2. Os inconvenientes apontados seriam:
  - a) a tendência chinesa do Movimento de Liberação Latino-Americana (M.L.L);
  - b) a possibilidade de exploração, pela China, da adesão de uma figura militar latino-americana, de relativo prestígio.
3. Diante disso, está sendo estudada uma maneira de impedir essas viagens de Aragão. Por sugestão de Emmanuel Nicoll, que age em coordenação com o PCB, um das formas a serem examinadas pelo PCU seria:
  - a) Conceder, de imediato, substancial ajuda à RAN e, por conseguinte, ao próprio Aragão;
  - b) Promover convite a Aragão para visitar a URSS e outros países da Cortina de Ferro; feito isto, convencer Aragão a estabelecer residência atrás da cortina, possivelmente em Praga.
4. A vantagem final do esquema acima descrito seria permitir que Nicoll, na liderança efetiva da RAN, pudesse enquadrá-la na orientação comunista ortodoxa, aproveitando o nome e a influência de Aragão, que estaria isolado e impedido de tomar iniciativas divergentes.<sup>51</sup>

Ao que parece, Aragão estava mesmo disposto a viajar. No Uruguai não conseguiu o apoio que queria. Conforme já destacado, ele havia chegado tarde e Brizola era mesmo o preferido dos cubanos para empreender a guerrilha no Brasil. Possivelmente, não tinha um lugar único de destino, ou de escolha. Foi conhecer de perto outros mundos, principalmente aqueles alinhados ao anti-imperialismo norte-americano.

## Brizola sai na frente

De acordo com Denise Rollemberg, no Uruguai, Brizola foi o principal catalisador das forças. O golpe só reforçava a opção feita antes de 1964 pela luta armada, haja vista a tentativa de formar o “Grupo dos 11”<sup>52</sup>. Tendo resistido inicialmente à teoria do foco guerrilheiro,<sup>53</sup> ele aderiu ao foquismo após o fracasso do Coronel Jeferson Cardim.

Brizola agrupou em torno de si os sargentos e marinheiros expulsos das corporações e perseguidos pelos militares e formou uma espécie de Estado-Maior com o ex-deputado Neiva Moreira, o seu assessor no governo do Rio Grande do Sul, Paulo Schilling, o ex-deputado pelo PSB, Max da Costa Santos, e o coronel Dagoberto Rodrigues. Ainda segundo Rollemberg, provavelmente, a possibilidade de contar com o apoio do governo cubano tenha sido decisiva para a reorientação de Brizola.<sup>54</sup>

Ao aderir ao foquismo, o grupo recebeu o nome de Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), mas Brizola preferia MORENA – Movimento de Resistência Nacionalista. Segundo Neiva Moreira, inicialmente eram previstos quatro focos guerrilheiros: Aparados da Serra – Rio Grande do Sul; Caparaó – Minas; a zona florestal entre São Paulo e o litoral; e uma área em Mato Grosso. No entanto, ele, maranhense de Nova Iorque, cidade localizada a 600 Km de São Luís, afirmou ter influenciado para que fosse implantado um foco guerrilheiro na região de Imperatriz, no Maranhão. Segundo Moreira, uma das hipóteses era montar o foco guerrilheiro na região conhecida como Bico do Papagaio<sup>55</sup>.

Muito frequentemente associado apenas com o episódio de Caparaó, as pretensões do MNR eram muito mais ambiciosas do que conhecemos sobre essa organização. Efetivamente, três desses focos entraram na fase de preparação, envolvendo levantamento geográfico, questões logísticas e formação de guerrilheiros: Caparaó, Imperatriz/Marabá e Mato Grosso. Todos esses núcleos tiveram marinheiros e fuzileiros em posições de destaque. Nos dois últimos, eram os comandantes, assessorados por mais de uma dezena de companheiros navegantes.<sup>56</sup>

Sobre o apoio de Cuba ao MNR, Rollemberg ressaltou que aconteceu na forma de treinamento guerrilheiro e em dinheiro. Há também relatos de apoio vindo da Guiana, com a oferta de armas. De acordo com a autora, a questão do dinheiro é mais um tabu, entre outros, na história do apoio cubano à luta armada no Brasil. “Fala-se nela com reservas, embora o próprio Brizola já tenha admitido ter recebido dinheiro de Cuba”<sup>57</sup>. Aragão tinha per-

dido duas vezes: o apoio logístico e os recursos humanos personalizados nos ex-marinheiros e fuzileiros navais recrutados por Brizola.

No início de 1966, quando Aragão ainda tentava se adaptar à vida de exilado, alguns de seus ex-comandados já estavam de volta ao Brasil, clandestinamente. O grupo de Caparaó era o mais promissor, ou nas palavras de Tavares, com certa ironia jornalística: “o grupo estava algures, noutra geografia mantida em sigilo, e progredia ‘cada vez mais’”<sup>58</sup>. Restava aos demais comandantes guerrilheiros do MORENA seguir o exemplo dos companheiros “bem-sucedidos” nas montanhas de Caparaó.<sup>59</sup>

Havia ainda a perspectiva da presença de Che Guevara em território brasileiro no sentido de contribuir com a luta armada, especificamente nesse contexto do MNR. Embora os preparativos já estivessem a todo vapor desde o início do ano, só em outubro de 1966 os guerrilheiros subiram a serra e se instalaram nas matas. Segundo Denise Rollemberg, em novembro de 1966, quando começava Caparaó, “Guevara teria ido a Montevideu e encontrado Brizola (...). Nessa mesma época do possível contato de Che com Brizola, teria havido o encontro de Che, em São Paulo, com Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, dirigente da ALN”<sup>60</sup>.

Ao passar do tempo, o otimismo de alguns brizolistas no exílio uruguaio para com o foco guerrilheiro de Caparaó não se confirmaria. O grupo “mineiro” do MNR começou a enfrentar uma série de desafios, entre eles: dificuldade em se relacionar com os camponeses da região; abastecimento deficiente; desentendimentos pessoais – o que minava a hierarquia da guerrilha – inospitalidade da região; problemas de ordem pessoal e familiar (nascimento de filhos, saudade da família etc) e, a demora em entrar em combate efetivamente<sup>61</sup>. Esses fatores foram provocando deserções e desistências, inclusive a do subcomandante Jelcy. A presença dos homens cabeludos e barbudos na região passou a ser vista com desconfiança pela população, justamente o contrário do que deveria ocorrer, ou seja, a guerrilha deveria ter na comunidade local sua forte aliada<sup>62</sup>. O apoio logístico que vinha do Rio de Janeiro, capitaneado pelo professor Bayard Boiteux e Amadeu Rocha, os quais articulavam apoio político e financeiro como intermediários de Brizola, não foram suficientes para vencer aqueles desafios, agravados pela deprimente combinação fome-doença-desânimo.

Foi dessa forma, melancólica, que o grupo guerrilheiro de Caparaó caiu, cerca de um ano após ter se instalado na região. Ironicamente, em 1º de abril de 1967, data em que o *Regime* completava três anos. Cercados pela polícia mineira, restavam apenas sete “guerrilheiros”, os quais não tiveram tempo de reagir. O Exército, que em um primeiro momento desconfiou daquela operação bem sucedida da polícia mineira, tentou depois forjar um combate para liqui-

dar o grupo. Entretanto, eles já tinham sido salvos, paradoxalmente, por uma fotografia mandada tirar pelo comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Jacinto do Amaral Melo<sup>63</sup>. Na imagem, que percorreria as edições de jornais e revistas nos dias seguintes, aparecem oito prisioneiros. Aos sete presos pela operação somou-se Amarantho Jorge, detido três dias antes por porte de armas quando foi à cidade comprar remédios para Capitani que, segundo os relatos, não resistiria por muito tempo. Soube-se depois que ele sofria de peste bubônica. Ou seja, o fato de ser preso o livrou da morte<sup>64</sup>.

Mas a realidade é que o foco guerrilheiro de Caparaó tinha fracassado. Na imprensa, não faltaram notícias desencontradas, as quais mencionavam até uma possível presença do cabo Anselmo na região. O mesmo estava desaparecido desde sua fuga do Alto da Boa Vista. Nos dias e meses seguintes à queda de Caparaó, o Exército armou seu espetáculo. Cerca de dois mil homens desembarcaram na pacata região e montaram uma estrondosa operação, inclusive com aviões bombardeando a serra<sup>65</sup>.

A experiência fracassada de Brizola e seu estado-maior com a queda do núcleo guerrilheiro de Caparaó marcou muitos daqueles que se envolveram diretamente no episódio. Houve, mesmo após vários anos do acontecido, dificuldade extrema de os envolvidos nas negociações com Havana falarem abertamente sobre o assunto<sup>66</sup>. Talvez, era chegada a hora de Aragão ocupar o vácuo deixado por Brizola nas relações com os cubanos. E lá foi ele.

## Levado pelas Ondas

Nos primeiros dias de julho de 1967 Aragão foi visto em Zurique, Suíça, em trânsito para Praga, na Tchecoslováquia, que à época fazia parte da União Soviética – centro de atração de muitos simpatizantes do socialismo. Segundo o informante considerado de alta confiança, ele teria se hospedado no Hotel Seilerhof, e preencheu a ficha como Cândido da Costa. Sem receber visitas, partiu para Praga no dia dois de julho em avião da companhia “Swissair”<sup>67</sup>. Na realidade, seu destino era Cuba pois, em outubro, o Itamaraty foi informado de que Max da Costa Santos (ex-deputado janguista), José Anselmo dos Santos (“cabo” Anselmo), Carlos Marighella e Aragão estavam de volta a Praga, após terem participado, em Havana, da primeira reunião do Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina (I COSPAL), ou seja, a ida pela Suíça e Praga fazia parte da rota para se chegar a Havana. O encontro é comumente lembrado como o momento de efetivação da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS [Ondas], foi realizado entre os dias 31 de agosto e 10 de julho, e havia sido agendado no ano anterior.

O início dos trabalhos da conferência foi marcado pela expectativa da presença de Che Guevara nos debates, o qual, segundo notícias, naquele

momento estaria combatendo na Bolívia. Desde a chegada de vários representantes dos países latino-americanos ao evento, agentes do Itamaraty já informavam ao Ministério das Relações Exteriores – com distribuição para principais órgãos de inteligência que compunham o Serviço Nacional de Informações (SNI) –, toda a movimentação na ilha. Nesse sentido, um minucioso boletim transmitido por agente de alta confiança, trazia a informação de que no dia 24 de julho já estavam em Cuba delegações do Brasil, Costa Rica, El Salvador, Guiana Holandesa, México e Uruguai. Constam, no relato, os nomes dos mais notórios representantes de cada país. Sobre o Brasil, destaque para as presenças já citadas de Aloísio Palhano, Cândido Aragão e Carlos Marighella<sup>68</sup>.

No aspecto mais amplo, conforme ressaltou Jean Rodrigues Sales, o encontro de Havana pode ser visto como uma tentativa por parte dos cubanos de tornarem-se um centro revolucionário no continente. “Entre outras formulações, a OLAS criticou a política defendida pelos partidos comunistas e indicou a luta guerrilheira como estratégia adequada para a maior parte dos países latino-americanos, proclamando que o dever de todo revolucionário era ‘fazer a revolução’”.<sup>69</sup>

De acordo com Marques, o PCB, juntamente com o Partido Comunista Argentino (PCA) e o Partido Comunista Venezuelano (PCV) se negaram a participar do encontro. Entre outros desencontros entre a OLAS e esses partidos, estava a crítica sobre as formas de luta revolucionária. Como vimos, os participantes do congresso em Cuba estavam decididos que o único caminho possível era a guerrilha, as ações armadas, e para os partidários comunistas existiriam outras rotas<sup>70</sup>.

Essa divergência entre o PCB e a linha cubana vai marcar o rompimento de Carlos Marighella com o “partidão”. Ao participar do congresso como convidado, o ex-deputado baiano demonstrou que concordava com a luta armada. Marighella queria sair do que chamava de “imobilismo burocrático” e desejava um combate mais quente contra a ditadura<sup>71</sup>. Queria incendiar o mundo<sup>72</sup>. Segundo Mário Magalhães, foi quem redigiu o discurso da delegação brasileira, mas se recusou a pronunciá-lo, por não ser seu membro oficial. Ao romper com o partido, o agora guerrilheiro enviou, nos meses seguintes, cartas a Fidel, aos membros do partidão e ao almirante Aragão<sup>73</sup>.

## Letras Revolucionárias<sup>74</sup>

Havana, 28 de setembro de 1967  
Ao Almirante Cândido Aragão  
Prezado Patrício

Depois de nossas conversações e após o exame que fizemos dos problemas políticos do nosso país, estou remetendo esta carta para dizer-lhe que concordo com a sua posição em termo de unidade das forças populares e revolucionárias brasileira [sic].

Suas posições sobre a recente Conferência da Olas, sobre a frente popular revolucionária, sobre a luta armada e outras questões contam com o meu apoio.<sup>75</sup>

Escrevendo de Cuba em setembro de 1967, o comunista baiano cita conversações anteriores entre os dois, nas quais discutiram necessariamente a conjuntura política brasileira e a busca de soluções para a derrubada da ditadura instalada em abril de 1964. Nesse sentido, embora não tenha aparecido na cobertura feita pela imprensa brasileira, Aragão esteve em Havana no período de realização da OLAS. Na continuação da missiva, mais revelações:

Penso que os revolucionários brasileiros têm o dever de procurar unificar suas forças. Sem tal unidade, nosso povo não pode libertar-se do domínio do imperialismo norte-americano e da opressão dos gorilas que assaltaram o poder com o golpe de abril.

O empenho na luta pela unidade das forças revolucionárias brasileiras merece o aplauso e a colaboração de todos os que não se conformam com o atual estado de coisas em nossa Pátria.

Secundando sua opinião, participo também da ideia de que concentrar os esforços em termo da luta de guerrilhas como genuína expressão da luta armada popular, é a melhor forma de pugnar pela unidade das forças revolucionárias brasileiras.<sup>76</sup>

Outro trecho da carta-documento expõe um Marighella teórico da revolução, mas acima de tudo pragmático. A ação salta em seu texto e é possível visualizarmos, sentirmos e compreendermos melhor porque sua organização seria batizada de Ação Libertadora Nacional:

O que nós – os revolucionários brasileiros – precisamos, é fazer unir nossas forças, partindo da luta de guerrilha e a criação de um núcleo armado com base na aliança operário-camponesa, a qual devem se juntar o combativo movimento estudantil, a intelectualidade, a juventude, a mulher brasileira, os funcionários públicos, e os militares revolucionários de dentro e fora das forças armadas. [...] É chegado o momento de fazer a coleta de fundos, comprar e capturar armas e munições, fabricá-las clandestinamente e, selecionar e adestrar combatentes, preparar médicos, enfermeiras, recolher remédios, roupas, calçados e alimentos, estabelecer o apoio logístico a guerrilha [sic].<sup>77</sup>



Esta passagem ilustra bem e corrobora algumas análises que apontam a participação de Marighella na OLAS como o momento crucial de sua “conversão” à luta de guerrilhas. Segundo Denise Rollemberg, há ainda certa polêmica em relação à sua adesão ou não à teoria do foco guerrilheiro naquele momento<sup>78</sup>. Porém, a autora interpreta a concepção do líder da ALN, em sua visão da luta revolucionária, como sendo de “uma maneira bem mais ampla e complexa do que o foquismo propunha, supostamente legitimado na Revolução Cubana”<sup>79</sup>.

A meu ver, ao fazer menção na carta à *aliança operário-camponesa, ao movimento estudantil, à intelectualidade, à juventude, à mulher brasileira, aos funcionários públicos e aos militares revolucionários*, Marighella expressa sim uma forma mais sofisticada e mais abrangente que o tipo de luta proposta pelo *foquismo*. Sem dúvida, esta correspondência contribui sobremaneira no que diz respeito à interpretação do que seria [foi] o pensamento embrionário dos militantes de uma das mais importantes organizações armadas que atuou no período da ditadura civil-militar. Fica ainda a impressão, neste trecho da missiva, que o almirante Aragão poderia ser um valoroso colaborador em relação à logística da nascente organização, afinal, eles precisariam de armas, munições, remédios etc. Naquele contexto, o seu interlocutor não seria um dos mais indicados para intermediar também adestramento de combatentes? Quem sabe até seus antigos homens, os fuzileiros navais – muitos deles expulsos da Marinha após o golpe – não poderiam somar forças e agregar conhecimento militar sobre armamentos, táticas e treinamentos específicos para a nova organização guerrilheira? Ou seja, há demandas nas letras, nas palavras<sup>80</sup>.

O futuro mostraria que as letras revolucionárias escritas por Carlos Marighella em setembro de 1967 eram mesmo para valer. Em dezembro daquele ano, sua organização guerrilheira deu início às ações, interceptando um carro que transportava dinheiro em São Paulo. Nos anos seguintes, ações contra instituições financeiras foram a principal marca da ALN, sendo uma das mais impressionantes a efetuada contra o trem pagador em agosto de 1968<sup>81</sup>. A morte física de Meneses – codinome utilizado na guerrilha – aconteceria em novembro de 1969 depois de ter sido emboscado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, em São Paulo<sup>82</sup>.

## Vivendo os socialismos

No mês seguinte à escrita da carta, em outubro de 1967, o CIEX já repassava para os demais órgãos do sistema de informações da ditadura, um

encontro ocorrido em Praga entre os brasileiros que participaram da OLAS. Para os agentes, não restava dúvidas que Aragão esteve em Havana e seu regresso ao Uruguai não era mais aceito pelas autoridades daquele país<sup>83</sup>.

No final do mês de outubro, sem saber ao certo o paradeiro do almirante brasileiro, o presidente do Uruguai, Oscar Gestido, assinou decreto no qual declarou cancelado o asilo político de Aragão. Na nota do CIEX, a informação de que “o referido decreto vem formalizar a extinção automática da condição de asilado político de que gozava Aragão, nos termos da legislação uruguaia, por haver ele deixado o território uruguaio”<sup>84</sup>.

Os exilados brasileiros no Uruguai não eram o principal problema do presidente. Complicações em sua saúde, aliadas a questões de administração, abreviaram sua passagem no executivo daquele país. Apenas dois meses após assinar o decreto, o general deixou vaga sua cadeira. Gestido governou menos de um ano e não conseguiu conter a crise pela qual passava o país, falecendo de infarto em 06 de dezembro. Sua rápida gestão foi marcada pelo pedido de demissão de cinco ministros, descontentes com os rumos da política econômica adotada. Essa instabilidade política teria gerado uma imensa fuga de capitais, agravando a crise econômica<sup>85</sup>.

A morte de Gestido levou à presidência Jorge Pacheco Areco. Embora representasse um partido de esquerda, seu governo foi marcado por um recrudescimento da política, tornando-se cada vez mais autoritária, revelada na ofensiva contra grupos políticos de esquerda, na censura e no fechamento de órgãos da imprensa opositora. Pode-se caracterizar este momento histórico como um período de ‘radicalização de posições’. Por um lado, o governo propôs e realizou medidas destinadas a aumentar a restrição do exercício das liberdades individuais. Em paralelo e em estreita interação, grupos cada vez mais radicalizados das esquerdas, como o Movimento de Libertação Nacional, que havia surgido em 1962, proclamavam a luta armada como a única solução.<sup>86</sup>

No emblemático ano de 1968, curiosamente, os agentes do CIEX no Uruguai, responsáveis pela vigilância de Aragão, ficaram sem muitas informações. Apenas algumas notas esparsas sobre a movimentação dos membros da RAN e relatos de que Aragão estaria em Cuba<sup>87</sup>. Certamente, para Aragão, naquele momento o Uruguai não era o melhor porto.

Ao assumir a presidência, Jorge Pacheco Areco aumentou a vigilância e a repressão aos grupos das esquerdas mais radicais, principalmente os guerrilheiros Tupamaros. Seu governo é lembrado como um regime civil autoritário, por ter contribuído para a crescente intervenção militar na cena política uruguaia<sup>88</sup>.

Em sua análise sobre o que chamou de *Pachecato*, Enrique Serra Padrós ressaltou que “[...] Poucos dias após assumir, em nome da estabilidade política e do combate à ‘subversão’, Pacheco dissolveu diversos partidos, movimentos sociais e jornais identificados com o pensamento político de esquerda”<sup>89</sup>. Na contextualização dessas ações, Padrós destacou que 1968 foi o ano no qual “a guerrilha urbana se tornou uma presença constante no processo político do país [...]” e ainda, “os tupamaros se transformaram no paradigma da guerrilha urbana latino-americana e tiveram enorme sucesso contra as forças policiais”<sup>90</sup>.

Embora o objetivo principal fosse desenvolver ações de guerrilha no Brasil, a carta de Marighella a Aragão ainda ecoou na terra da seleção celeste, que estava agitada pelas ações dos Tupamaros. Em março de 1968, circulou uma nota entre os órgãos da repressão, disseminando a informação que o asilado brasileiro em Montevideú, Francisco Lages dos Santos, teria em seu poder “uma carta impressa em Havana, escrita por Carlos Marighella, apoiando a liderança do ex-almirante Cândido da Costa Aragão e os diversos grupos de asilados brasileiros no Uruguai”<sup>91</sup>. O objetivo do portador da missiva ao divulgar a carta seria fazer “propaganda positiva pró-Aragão e o grupo da ‘Resistência Armada Revolucionária’”<sup>92</sup>.

Dias depois, a confirmação que Aragão estaria mesmo em Cuba e que o grupo da RAN, sediado em Montevideú sob a liderança de Emanuel Nicoll, iria divulgar um manifesto em apoio a Aragão, “a fim de dar cobertura à RAN e dificultar possíveis diligências das autoridades policiais uruguaias”<sup>93</sup>. O documento data de 18 de março de 1968 e, após esse momento, a base do CIEEX na representação diplomática brasileira no Uruguai só divulgaria novos informes sobre Aragão no ano seguinte.

O período de Aragão na ilha pode ser analisado a partir de um relatório divulgado pelo Cenimar dois anos depois<sup>94</sup>. O que fica evidente é que os problemas entre os cubanos e Brizola em relação ao financiamento do MNR e o fracasso da Guerrilha de Caparaó, principalmente sobre o suposto sumiço de dinheiro enviado por Cuba, influenciaram para que a relação de Aragão com os cubanos não fosse das mais empolgadas. De acordo com o marinheiro e ex-diretor da AMFNB, Antônio Duarte, que teve contato com Aragão durante o exílio, a presença de Aragão em Cuba tinha como objetivo principal adquirir recursos financeiros “para comprar armas e recrutar soldados para a formação de um verdadeiro exército”<sup>95</sup>. Na prática, resumiu-se a um pedido do governo local para que Aragão produzisse relatórios sobre o funcionamento das Forças Armadas Brasileiras, principalmente sobre a Marinha.

A frieza dos revolucionários cubanos em relação a Aragão também foi recíproca. O almirante queixava-se da não existência de um plano revolucio-

nário para o Brasil e, segundo o Cenimar, “passou a fazer críticas candentes ao governo local e ao Partido Comunista Cubano”<sup>96</sup>.

Ainda em 1968, Aragão aceitou o convite da embaixada chinesa e viajou a Pequim. Após cerca de quatro meses de intensas atividades militares e políticas, passou pelo Vietnã do Norte, Argélia e voltou ao Uruguai, de onde foi expulso em setembro de 1969 por ter descumprido a legislação que regia a vida dos exilados naquele país. Em sua residência em Montevidéu, foi apreendido um documento que deixou em alerta toda a comunidade de informações no Brasil. Com o título “Da necessidade de uma estratégia para a Revolução Brasileira”<sup>97</sup>.

O plano inicia com uma parte teórica no qual elege o principal inimigo: “A revolução brasileira está intimamente integrada à luta contra a denominação [sic] [dominação] dos povos subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina exercida pelo imperialismo, principalmente o imperialismo norte-americano”<sup>98</sup>. Em seguida, a crença de que a chamada *revolução brasileira* teria “um papel da maior importância na América do Sul, pelo relevo de suas condições dimensionadas de país continente”, dentre outros fatores, como posição geográfica, população, condição de subdesenvolvimento, reservas e riquezas naturais, miséria social etc. Sobre a ditadura especificamente, consta, entre outras análises, que “desnacionalizou a nação brasileira entregando todo o seu complexo de riquezas naturais e subordinando completamente a sua capacidade industrial aos monopólios ianques”.

Nos momentos seguintes, o texto indica os setores da sociedade brasileira que teriam a responsabilidade de fazer a revolução, deixando transbordar a “fé” que seu(s) autor(es) tinha(m) no caráter revolucionário do povo brasileiro, personalizado no operário, no camponês, e nos jovens estudantes, cabendo aos últimos o papel de vanguarda.

O operariado brasileiro é combativo e conseqüentemente revolucionário; é neste momento quem mais aspira – ao lado do campesinato – o desencadeamento da luta armada – é quem tem a maior responsabilidade na sua deflagração e na condução do processo de luta – no entanto a sua vanguarda vem falhando na ordenação e na criação de perspectivas para a oportunidade de sua deflagração. Da aliança operário-camponês-estudante depende não só o surgimento da luta armada em vários pontos do território brasileiro – como o seu vertiginoso crescimento no campo e nas cidades.

O campesinato brasileiro explorado desde os primeiros albores da nacionalidade é quem mais objetiva junto com o operário a sua luta de emancipação.

A juventude brasileira tem estado sempre presente na luta contra a opressão, desde Abril de 1964 e está consciente da grande responsabilidade da tarefa que neste momento histórico da vida da nação brasileira repousa sobre os seus

ombros de se constituir em vanguarda da luta de libertação nacional e pela sua bravura e abnegação própria de sua idade entendendo já que deve ir buscar o operário nas fábricas e nas oficinas e o camponês na sua miséria e no seu abandono no campo e juntos e de armas na mão escolherem as bases de apoio mais próprias e deflagrarem a grande luta de emancipação de nosso povo.<sup>99</sup>

Na continuação do histórico documento, segue-se uma linha política da estratégica com as medidas a serem adotadas caso o plano fosse vitorioso, com destaque para a linguagem imperativa: derrubar a ditadura pela violência armada; instaurar um governo popular; destruir de imediato o exército tradicional; nacionalizar tudo que pertencesse ao imperialismo; reforma agrária; reforma urbana; assegurar trabalho aos nacionais e estrangeiros radicados no Brasil; e, por último, a reforma bancária, nacionalizando todos os bancos privados<sup>100</sup>.

Na parte final do texto apreendido da residência de Aragão, a reafirmação do papel da guerrilha como instrumento de deflagração da imaginada revolução e um “plano geral de sabotagem”, o qual deveria preceder o “surto guerrilheiro”, envolvendo principalmente, “a destruição de pontes, túneis e viadutos nas estradas de ferro, rodovias e portos, se for possível”, com a finalidade principal de tirar as tropas dos quartéis e expô-las ao cenário externo, provocando o desgaste físico e psicológico do exército regular, que seria obrigado a guarnecer os pontos estratégicos no sentido de evitar novos ataques dos guerrilheiros<sup>101</sup>. Os agentes acreditavam que o plano, originalmente em espanhol, teria sido elaborado por Marighella, sendo traduzido e alterado por Aragão.

Após essa apreensão, Aragão não mais retornaria ao Uruguai, seu destino foi o Chile onde vivenciaria a experiência do governo Allende e sua tentativa de implantação da “via pacífica ao socialismo” abreviada por um violento golpe militar em setembro de 1973.

## Conclusão

Antes de retornar ao Brasil em 1979, após a lei de Anistia, Aragão passaria ainda pela Argentina, no contexto da breve volta de Juan Domingo Péron (1974), Portugal e Venezuela. Em Portugal vivenciou mais um processo revolucionário – a fase de implementação das medidas estruturais da Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril, data em que oficiais intermediários derubaram o presidente Marcelo Caetano, representante da ditadura salazarista que já durava mais de quatro décadas. Essa fase de seu exílio foi marcada pelo reconhecimento dos revolucionários portugueses, que deram a Aragão uma ocupação de pesquisador (investigador) da Marinha Portuguesa.

Ao pisar em solo brasileiro, foi preso e ficou cerca de quarenta dias encarcerado até ganhar sua liberdade definitiva em dezembro de 1979. No vigor de seus 72 anos de idade, era ainda um homem que incomodava a enfraquecida ditadura.

O exílio do almirante Aragão demonstra como ele deu trabalho para os órgãos de informações e a preocupação que tinham em acompanhar os passos de um homem que gozava de prestígio não apenas entre os militares expulsos em 1964, como também na comunidade internacional, destacadamente daqueles governos alinhados ao anti-imperialismo nas décadas de 1960-1970. Entretanto, a imagem que ficou guardada nas memórias das esquerdas foi a do militar que não resistiu ao golpe - depois disso ele desaparece. Entre os setores direitistas, a figura do almirante que se relacionava com marinheiros “como se fosse um deles”, e acusações de caráter moral. O *almirante vermelho*, para boa parte da imprensa golpista. O *almirante do povo*, para seus simpatizantes.

## RESUMO

---

O artigo aborda a primeira fase do exílio do almirante Aragão (1966-1970), especialmente no Uruguai, tendo como principais fontes os documentos produzidos pelo Centro de Informações do Exterior (CIEX), ligado ao Ministério das Relações Exteriores. Com o objetivo de situar o leitor no período histórico em questão, são apresentados os motivos que o levaram a sair do país quase dois anos após o Golpe de 1964. Por fim, um breve relato de sua presença em Cuba e o contato com Carlos Marighella.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Golpe de 1964; Aragão; Exílio; Uruguai.

## ABSTRACT

---

The article addresses the exile of Admiral Cândido da Costa Aragão in its first phase (1966-1970), especially in Uruguay, based on documents produced by an information center (Centro de Informações do Exterior/CIEX) subordinated to Brazilian Ministry of Foreign Affairs. In order to situate the reader in the focused historical period, the reasons that led him leave the country almost two years after the coup of 1964 are presented. Includes a brief account of his presence in Cuba and his contact with Carlos Marighella.

## KEYWORDS

---

1964 Coup d'état; Cândido da Costa Aragão; Exile; Uruguay.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social na Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq. Esse texto é uma versão resumida e adap-

tada de um capítulo de minha tese de doutorado, ainda em construção, a ser defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Contato: andersonhistoriauff@gmail.com.

<sup>2</sup> VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil(1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004, p.220. Acrescentamos trechos dessa fala de Carlos Lacerda que está disponível em: [http://www.franklinmartins.com.br/som\\_na\\_caixa\\_gravacao.php?titulo=lacerda-ameaca-matar-o-almirante-aragao-pronunciamento#](http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_gravacao.php?titulo=lacerda-ameaca-matar-o-almirante-aragao-pronunciamento#). Consultado em 10 ago. 2009. Na realidade o ataque não ocorreu, o Governador Lacerda agiu com base em informações desencontradas que transitavam naquele fatídico dia.

<sup>3</sup> Entrevista de Cândido Aragão a Hélio Goldstejn. In *Revista Versus*, nº 31, abr. 1979, p. 08.

<sup>4</sup> FERREIRA, Jorge. *Jango – uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 478.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> Biblioteca da ABI – Revista *O Cruzeiro*, 06 de jun. 1964, p. 119-120.

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> *Jornal Correio da Manhã*, 02 de abr. 1964, p. 02.

<sup>9</sup> Biblioteca da ABI – Revista *O Cruzeiro*, 06 de jun. 1964, p. 119-120.

<sup>10</sup> DINES, Alberto etall. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964, p. 242.

<sup>11</sup> CAPITANI, Avelino. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1997, p. 62.

<sup>12</sup> Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão de fragata Mário de Albuquerque Suzano.

<sup>13</sup> LOUZEIRO, José. *Neiva Moreira: depoimento*. São Paulo: Terceiro Mundo, 1989, p. 75.

<sup>14</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 479.

<sup>15</sup> MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 308.

<sup>16</sup> *Coojornal*, fevereiro de 1981. Apud MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 163-164.

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> Unicamp, AEL, BNM 028. Auto de busca e apreensão de 09 de abril de 1964.

<sup>19</sup> Unicamp – AEL. BNM 028, caixa 2, requerimento dos advogados José Bonifácio Diniz de Andrada e Wilson Lopes dos Santos.

<sup>20</sup> Entrevista de Dilma Aragão ao autor.

<sup>21</sup> Aragão foi enquadrado nos artigos 134, 154, 171 e 214 do Código Penal Militar. Unicamp, AEL, BNM 028, folha 577. Uma das condenações foi por não ter reprimido a Assembleia dos marinheiros de 1964, no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, em 25 de março, negando-se a cumprir ordens do ministro da Marinha, Sylvio Motta. Outro motivo foi o sumiço de armas do Corpo de Fuzileiros Navais, no dia do golpe.

<sup>22</sup> AN, COREG, IE 02.02.

<sup>23</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.003, p. 21.

<sup>24</sup> Ibid, p. 31.

<sup>25</sup> Ibid, p. 36.

<sup>26</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005, p. 54.

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> Emanuel Nicoll era coronel da Força Aérea Brasileira e Alfredo Ribeiro Daudt, capitão-aviador. Ambos foram excluídos da FAB pelo Ato Institucional nº 03, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/3.pdf>. Acesso em 03 nov. 2013.

<sup>29</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005, p. 93.

<sup>30</sup> SIQUEIRA, Marcelo N. “Resistência e Enfrentamento: o movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968”. [www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848314\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848314_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2011.pdf). Acesso em 09 nov. 2013.

<sup>31</sup> Ibid.

<sup>32</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.007, p. 16.

<sup>33</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005, p. 72.

<sup>34</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.007, p.43. A expressão “a la Jefferson” citada no documento é uma referência ao ex-coronel da Artilharia do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório, que em março de 1965, por iniciativa própria, deixou o Uruguai e tentou iniciar um movimento guerrilheiro no Sul do país, passando pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O coronel teve o apoio do sargento Alberi Vieira dos Santos, da Brigada Gaúcha, e formaram um grupo de 17 guerrilheiros. De acordo com Moniz Bandeira, Jefferson Cardim “foi barbaramente torturado em três quartéis do Exército, até sofrer uma crise de demência e ser submetido a tratamento médico”. Cf. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8ª ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010, p.372. De acordo com Jorge Ferreira, 21 homens armados invadiram a cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, tomaram uma rádio e leram um manifesto contra a ditadura militar. FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, 2011, p. 569.

<sup>35</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 70.

<sup>36</sup> Ibid, p. 70.

<sup>37</sup> MARQUES, Artemio S. *A Organização Latino -Americana de Solidariedade (OLAS) e o embate ideológico na esquerda brasileira, 1960: o caso do PCB*. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria). Santa Maria, 2009, p. 123.

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup> Ibid, p. 121.

<sup>40</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 124-125.

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> Ibid.



<sup>43</sup> Ibid.

<sup>44</sup> PADRÓS, Enrique S. “Uruguai na mira”. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/uruguai-na-mira>. Acesso em 20 nov. 2013.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> Cf. “Documental Uruguay (1966-1980)”. Vídeo divulgado por Agrupacion Compañeros – Partido Nacional. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=9TRdxDuw1fs](http://www.youtube.com/watch?v=9TRdxDuw1fs). Acesso em 10 nov. 2013.

<sup>47</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 136.

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, IE 02.03.

<sup>50</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 002.001, p. 09.

<sup>51</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, IE 02.02.

<sup>52</sup> ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 28.

<sup>53</sup> De acordo com a teoria do *foco guerrilheiro*, este deveria ser desencadeado a partir de uma região estrategicamente favorável ao desencadeamento da luta armada, onde um pequeno grupo de guerrilheiros realizaria as primeiras ações armadas do processo revolucionário. A partir das ações do contingente e do apoio das massas camponesas entre as quais se realizaria a propaganda armada, seriam criadas as condições necessárias para a transformação da região numa zona de guerrilhas, permitindo o surgimento de novas zonas de guerrilhas e ampliando sua zona de ação, dando-se assim os primeiros passos para a construção do Exército Popular Revolucionário (...). Dois livros teriam influenciado a esquerda brasileira a aderir ao foquismo: *A guerra de guerrilhas de Che Guevara (1961)* e *Revolução na revolução (1967)*, do francês Régis Debray. Cf. SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 69; 91-92.

<sup>54</sup> ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.*, 2001, p. 28.

<sup>55</sup> LOUZEIRO, José. *op. cit.*, p.229. Citado em ALMEIDA, A. *Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 102.

<sup>56</sup> ALMEIDA, Anderson. *op. cit.*, p. 103.

<sup>57</sup> ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.*, 2001, p. 31.

<sup>58</sup> TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Ed. Globo, 1999, p. 194-195.

<sup>59</sup> ALMEIDA, Anderson. *op. cit.*, p. 106.

<sup>60</sup> ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.*, 2001, p. 35.

<sup>61</sup> Todos esses aspectos estão ressaltados na bibliografia existente sobre a guerrilha. Para um maior aprofundamento, ver COSTA, José Caldas. *op. cit.*, BOITEUX, Bayard. *op. cit.*, REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980; KUPERMAN, Esther. *A guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio da resistência*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

- <sup>62</sup> Para a relação comunidade – guerrilheiros, ver o documentário: *CAPARAÓ*, Flávio Frederico. Kinoscópio, 2006.
- <sup>63</sup> A lúcida análise é de José Caldas Costa, entrevista a Flávio Frederico. In *CAPARAÓ*, Documentário, *op. cit.*
- <sup>64</sup> ALMEIDA, Anderson. *op. cit.*, p. 107.
- <sup>65</sup> COSTA, José Caldas. *op. cit.*, 219. Cf ALMEIDA, A. *op. cit.*, p. 108.
- <sup>66</sup> Sobre o silêncio, Denise Rollemberg relatou que “Uma vez que Brizola e Neiva Moreira recusam-se [recusaram-se] a falar sobre Caparaó (...), a reconstrução da história do apoio de Cuba à luta armada é limitada, ficando difícil saber se seus projetos estavam – e como estavam –, de fato, articulados ao de Che Guevara. As informações são contraditórias e, provavelmente, apenas estes dirigentes poderiam esclarecê-las. Tanto tempo depois, por que é impossível obter de seus principais articuladores o testemunho das relações dos dois movimentos com o governo cubano? Talvez a mística em torno das relações com Cuba tenha sido tão intensamente vivida que ainda hoje teima em sobreviver, condenando a história ao silêncio, perpetuando-a como algo *impronunciável*. ROLLEMBERG, D. *op. cit.*, 2001, p. 37.
- <sup>67</sup> AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 002.010, p. 47.
- <sup>68</sup> AN, COREG, IE 02.07, p.02-03.
- <sup>69</sup> SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p.60-61. Cf. ALMEIDA, Anderson. *op. cit.*, p. 110-111.
- <sup>70</sup> MARQUES, Artemio, *op. cit.*, p. 125.
- <sup>71</sup> GORENDER, Jacob. *op. cit.*, p. 94-97.
- <sup>72</sup> MAGALHÃES, Mário. *op. cit.*
- <sup>73</sup> *Ibid*, p. 349-350.
- <sup>74</sup> As análises aqui presentes sobre a carta são frutos do trabalho de curso ministrado pela professora Angela de Castro Gomes no primeiro semestre de 2010 no CPDoc, Fundação Getúlio Vargas. Uma versão do trabalho foi publicada na Revista *Dia-logos*, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2011. Cf. ALMEIDA, Anderson. “Letras revolucionárias: a carta de Marighella ao almirante Aragão”. In: *Dia-logos*, nº 5. Rio de Janeiro: Uerj, outubro, 2011, p. 23-32.
- <sup>75</sup> APESP - Fundo Ordem Social, documento 30-Z-160-12.269.
- <sup>76</sup> *Ibid*.
- <sup>77</sup> *Ibid*.
- <sup>78</sup> ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.*, 2001, p. 46-47.
- <sup>79</sup> ROLLEMBERG, Denise. *ibid*.
- <sup>80</sup> ALMEIDA, Anderson. “Letras revolucionárias: a carta de Marighella ao almirante Aragão”. In: Revista *Dia-logos*, nº5. Rio de Janeiro: Uerj, outubro, 2011, p. 23-32.
- <sup>81</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – as esquerdas brasileiras: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 98.

<sup>82</sup> Ibid, p. 175.

<sup>83</sup> AN, COREG, BR BSB IE 002.010, p. 09.

<sup>84</sup> Ibid, p. 73.

<sup>85</sup> Cf. “Oscar Gestido”. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/g/gestido.htm>. Acesso em 19 nov. 2013.

<sup>86</sup> Tradução livre de: “La muerte de Gestido llevó a la Presidencia de la República a Jorge Pacheco y a un recrudecimiento de una política crecientemente autoritaria, que se manifestó en el ataque a grupos políticos de izquierda, censura y cierre de la prensa opositora y la implantación nuevamente de medidas prontas de seguridad. Se podría caracterizar este momento histórico como un período de “radicalización de posiciones”. Por un lado, desde el gobierno em especial desde el Poder Ejecutivo se proponían y llevaban a cabo medidas tendientes a la restricción creciente del ejercicio de las libertades individuales. Paralelamente, y en una estrecha interrelación, grupos cada vez más radicalizados de izquierda como el Movimiento de Liberación Nacional, surgido en 1962, proclamaban la lucha armada como única solución. Disponível em: <http://www.uruguayeduca.edu.uy/Userfiles/P0001/File/Uruguay%20entre%201958-1968.pdf>. Acesso em 15 nov. 2013.

<sup>87</sup> AN, COREG, BR AN BSB IE 003.003.

<sup>88</sup> BRITO, Alexandra B. “As ditaduras da América Latina: os casos do Chile e do Uruguai – razão de ser e dinâmica de repressão”. In ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro A. (orgs.). *As ditaduras contemporâneas*. Lisboa: Colibri, 2003, p. 115-116.

<sup>89</sup> PADRÓS, Enrique Serra. “Uruguai: o Pachecalato e a escalada autoritária no final dos anos 60. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011, p.02. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025\\_ARQUIVO\\_TEXTOENRIQUESERRAPADROS.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025_ARQUIVO_TEXTOENRIQUESERRAPADROS.pdf). Acesso em 13 dez. 2013.

<sup>90</sup> Ibid, p. 05.

<sup>91</sup> AN, COREG, BR AN BSB IE 003.003, p. 03.

<sup>92</sup> Ibid.

<sup>93</sup> Ibid, p. 51.

<sup>94</sup> AN, COREG, A0190410.

<sup>95</sup> DUARTE, Antonio. *Almirante Aragão: fragmentos de uma vida*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012, p. 225.

<sup>96</sup> AN, COREG, A0190410, p. 02.

<sup>97</sup> AN, COREG, AC-ACE- 6356-69, p. 03.

<sup>98</sup> Ibid, p. 03-04.

<sup>99</sup> Ibid, p. 07.

<sup>100</sup> Ibid, p. 09-10.

<sup>101</sup> Ibid, p. 12.